

BOM PAGADOR PODE TER CADASTRO

Objetivo da proposta aprovada na Comissão de Justiça é melhorar a qualidade das informações dos arquivos de crédito, que hoje só avisam se constam ou não dados negativos sobre a pessoa pesquisada

Página 8

CASSADO ROBERTO JEFFERSON

Por 313 votos contra 156, a Câmara cassou ontem o mandato de Roberto Jefferson, 120 dias depois que ele denunciou, numa entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, que deputados do PP e do PL recebiam “mensalão” para votar com o governo. Além de perder o mandato, Roberto Jefferson tem seus direitos políticos suspensos por oito anos. A votação foi dirigida pelo vice-presidente da Câmara, Thomaz Nonô, no lugar do presidente Severino Cavalcanti. A decisão foi anunciada ao fim de uma sessão de sete horas.

Página 5



Moreira Mariz

ATAQUE Ao se defender, Roberto Jefferson parte mais uma vez para o confronto com José Dirceu e não poupa o comando do PT e Lula

Crime comum em Santo André?

Delegados descartam motivação política para assassinato de Celso Daniel. Mas Efraim Morais, presidente da CPI que os ouviu, tem dúvidas e pretende esclarecê-las

Página 4

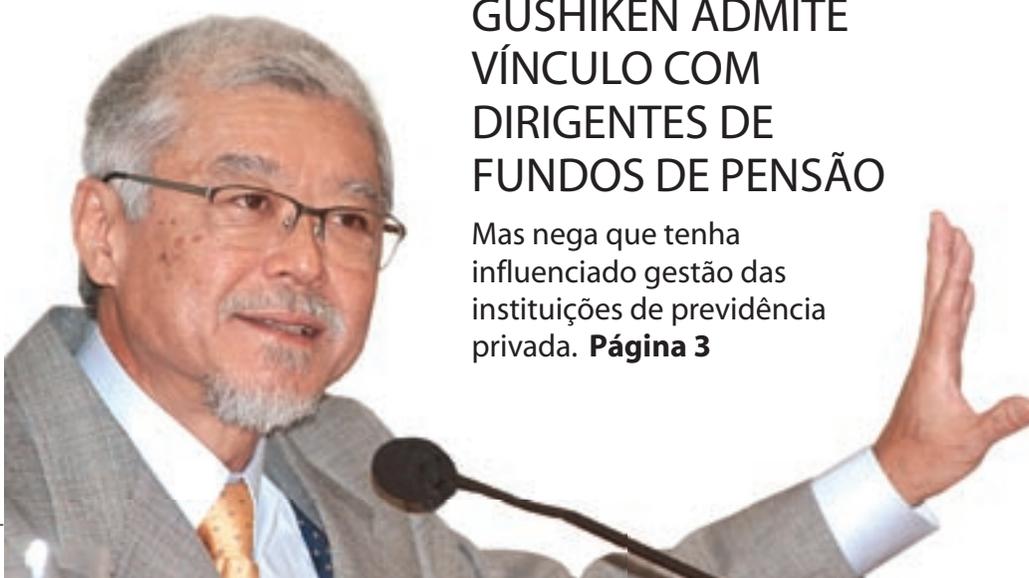


APOIO Projeto aprovado pela Comissão de Agricultura leva a educação infantil aos filhos dos assentados

Comissão aprova creche em assentamento rural

Os órgãos federais que executam programas de reforma agrária poderão ser obrigados a construir creches nos assentamentos. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A medida beneficia as crianças ao antecipar seu ingresso na escola.

Página 8



Jane Araújo

GUSHIKEN ADMITE VÍNCULO COM DIRIGENTES DE FUNDOS DE PENSÃO

Mas nega que tenha influenciado gestão das instituições de previdência privada. **Página 3**

Prisão para quem discriminar portador de HIV

Comissão de Justiça do Senado aprova projeto que pune com multa e prisão quem discriminar portador de HIV e doente de Aids.

Página 8



DESCASO Iris de Araújo lamenta falta de sensibilidade das autoridades para a questão habitacional no país

Iris cobra nova política para a habitação

Iris de Araújo (PMDB-GO) criticou a falta de sensibilidade das autoridades para solucionar a questão dos sem-teto que ocupavam área do Parque Oeste Industrial de Goiânia e foram vítimas de uma ação de despejo violenta realizada pela Polícia Militar do estado há oito meses. A ação resultou na morte de três pessoas e dezenas de feridos.

A parlamentar ressaltou que, embora o prefeito de Goiânia, Iris Rezende, tenha destinado um terreno para acomodar os despejados, até agora os sem-teto não foram transferidos para lá por "interesses eleitorais". A senadora afirmou ser necessário criar uma política habitacional de caráter nacional, pois a situação se repete em diversas regiões do país. Ela acusou alguns setores de "fecharem os olhos à dor humana" e não darem seqüência a decisões que solucionariam o problema.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) disse ser comum a discrepância entre a decisão de um juiz, "tomada na frieza de seu gabinete", e a realidade da comunidade. Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) sugeriu a criação de nova comissão especial para reexaminar o assunto.

Agenda

20 anos do Conselho dos Direitos da Mulher

O Senado realiza sessão especial, às 11h30, em homenagem aos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Às 14h, o Plenário vai discutir,



entre outros, projeto que autoriza o governo brasileiro a doar seis aeronaves T-25 à Bolívia e outros seis aviões do mesmo modelo ao Paraguai (PLC 74/05).

Renan instala Grupo da Desburocratização

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anuncia hoje, às 12h, a instalação do Grupo da Desburocratização. O colegiado é composto pelos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), presidente do grupo,

Ramez Tebet (PMDB-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Entre os assuntos a serem discutidos, estão os entraves legais para a abertura de empresas no Brasil.



CPI dos Correios faz balanço dos trabalhos

Na reunião de hoje, às 10h, o relator e os sub-relatores da CPI dos Correios vão apresentar relatórios com o balanço das investigações já realizadas sobre os contratos dos Correios e a

movimentação financeira das contas com sigilos quebrados. Estão previstas ainda votações de requerimentos. A CPI do Mensalão também vota requerimentos a partir das 10h.

Chefe de gabinete de Lula depõe na CPI dos Bingos

Às 11h, a CPI dos Bingos vai tomar depoimento de Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Carvalho foi citado em depoimento de João Francisco Daniel, irmão de Celso

Daniel, prefeito assassinado de Santo André (SP). Segundo João Francisco, Carvalho tinha conhecimento de um suposto esquema de corrupção que teria alimentado caixa dois de campanha do PT.

Projeto prevê análise de contas do SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar na reunião de hoje, às 9h30, dois projetos do senador Tião Viana (PT-AC). Um deles prevê o fim do Inamps e vincula a prestação de contas do Sistema

Único de Saúde (SUS) ao Poder Legislativo (PLS 71/03). O outro projeto do senador trata da permissão para que médicos formados no exterior possam trabalhar no Brasil (PLS 552/99).



Comissão do Mercosul

A Comissão Mista do Mercosul tem reunião marcada para as 9h. Entre os itens em discussão, projeto que suspende as preferências tarifárias no Mercosul para o açúcar. Em análise, ainda, informações relativas à instalação de bases militares dos Estados Unidos no Paraguai.

Novos embaixadores

Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabatina os indicados para as chefias das embaixadas do Brasil no Líbano e na Sérvia e Montenegro. Às 10h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se para analisar projeto que regulamenta a profissão de turismólogo (PLC 24/03).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



INVESTIMENTO Para César Borges, governo deveria investir mais no ensino superior federal da Bahia

César Borges pede mais vagas na UFBA

César Borges (PFL-BA) elogiou o governo federal pela recente inauguração da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Ele disse, entretanto, que a União pouco tem investido no ensino superior federal naquele estado, mencionando que a Universidade Federal da Bahia (UFBA) oferece menos vagas anuais do que as universidades públicas estaduais.

O senador lamentou o fato de a Bahia ter menos vagas no ensino superior federal que a média nacional e acrescentou que o estado não tem como compensar com recursos próprios o déficit de vagas na UFBA.



IMPORTÂNCIA Rodovia Interoceânica será ligação do Brasil com o Oeste, resalta Sibá Machado

Sibá apóia construção da Interoceânica

Sibá Machado (PT-AC) registrou em Plenário seu apoio à construção da Rodovia Interoceânica, que vai ligar o Acre a portos do Peru no oceano Pacífico. A pedra fundamental da obra foi lançada na última semana em Puerto Maldonado, no interior do país vizinho, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Com essa obra, o Acre será a sala de visitas das relações do Brasil com a Ásia. O Brasil estará se ligando ao Oeste – avaliou o senador, dizendo-se entristecido com as críticas que o projeto recebeu.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Mikhail Lopes
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



CPI dos Correios entrega hoje o seu segundo relatório parcial; ex-ministro Luiz Gushiken desmente influência da Secretaria de Comunicação em fundos de pensão e empresas estatais; presidente do PP nega recebimento de vantagens indevidas



ARGUMENTO Entre um assessor, senador Amir Lando e deputado Ibrahim Abi-Ackel, Pedro Corrêa explica recebimento de recursos de Marcos Valério

Pedro Corrêa diz que "mensalão nunca existiu"

Ao iniciar seu depoimento na CPI do Mensalão, o presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), negou ontem ter recebido qualquer vantagem indevida do PT para apoiar votações de interesse do governo na Câmara. O deputado considerou impensável que, como ele, todos os acusados tivessem a oportunidade de se defender diretamente na CPI.

Apesar de garantir que "mensalão nunca existiu na Câmara dos Deputados", Pedro Corrêa admitiu que um funcionário do PP, João Cláudio Genu, recebeu R\$ 700 mil, em espécie, em saques feitos no Banco Rural (duas parcelas) e com Simone Vasconcellos, funcionária da SPM&B, (uma parcela de R\$ 100 mil), no Hotel Gran Bittar, entre setembro de 2003 e janeiro de 2004.

– Esses recursos foram usados, exclusivamente, para pagar o advogado Paulo Goiás, que defendeu o deputado Ronivon Santiago (PP-AC) – assegurou, passando à comissão os recibos correspondentes assinados pelo advogado.

Pedro Corrêa disse que esses repasses foram decorrentes de um acordo entre o PP e o PT, celebrado depois da eleição do presidente Lula.

O deputado fez questão de ressaltar que o ajuste financeiro não foi negociado nessa

ocasião, mas, posteriormente, entre o então tesoureiro do PT Delúbio Soares, e o departamento financeiro do PP.

Pedro Corrêa afirmou desconhecer os demais recursos que a lista do empresário Marcos Valério aponta como tendo sido sacados por Genu, ao todo R\$ 4,1 milhões.

Reforma eleitoral

Depois de ouvir várias intervenções de deputados sobre a necessidade de mudar as regras das eleições, para moralizar o processo, o presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), se irritou.

– Vamos acabar com essa hipocrisia. As regras não mudam porque quem está no poder não quer, sempre na esperança de que poderá se locupletar com recursos públicos. Quem quer mudar é porque está fora do poder. Quando fui relator da CPI do PC Farias, em 1992, propus várias mudanças na legislação eleitoral, como financiamento público exclusivo de campanhas, voto distrital misto, fidelidade partidária e cláusula de barreira. Treze anos depois, essas propostas continuam sendo o que eram, meras propostas – protestou.

O tesoureiro informal do PP, João Cláudio Genu, que deveria prestar depoimento ontem, vai falar na próxima terça-feira, a seu pedido.

Gushiken nega ingerência da Secom em estatais

Em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, Luiz Gushiken, ex-ministro da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica do governo, sustentou serem infundadas as denúncias contra a pasta, que não teria ingerência nas estatais.

Gushiken negou que sua secretaria exercesse influência sobre fundos de pensão, mas confessou ter ligações com dirigentes dessas instituições: indicou Wagner Pinheiro (Eletros, fundo de pensão da Eletronorte) e manteve contato constante com Sérgio Rosa (Previ, do Banco do Brasil). O ex-ministro negou conhecer o empresário Marcos Valério, dono das agências DNA e SMP&B, esta última gestora da conta de publicidade dos Correios. Ressaltou que a criação de um comitê único para negociar descontos de mídia para a propaganda governamental, em sua gestão, possibilitou uma economia de R\$ 225 milhões. O gasto do governo petista com mídia foi de R\$ 636 milhões em 2004.



IRRITAÇÃO Depoimento de Luiz Gushiken (ao lado de Asdrúbal Bentes, Delcídio Amaral e Osmar Serraglio) foi marcado por momentos de exaltação

Questionado pelo relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), Gushiken negou qualquer ingerência da Secom nos contratos de publicidade ou em contas de patrocínio das estatais. Disse ainda não ter poderes para interferir no plano de comunicação do Banco Popular, que gastou R\$ 28 milhões com publicidade

institucional e liberou apenas R\$ 24 milhões em créditos para clientes de baixa renda. Serraglio indagou se os empresários Duda Mendonça e Marcos Valério fariam "parte de um contexto cujo produto, a publicidade, serviria para alimentar o 'propinoduto' para partidos e campanhas", o que foi negado de forma veemente.

Alvaro faz dura crítica, Ideli aponta "amnésia"

O ex-ministro Luiz Gushiken chegou a exigir do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) retratação pública por declarações que o parlamentar teria concedido à imprensa.

– Não faço nenhuma retratação. Vossa senhoria é, sim, responsável por aditivos em verbas de publicidade, pela nomeação de comissões que decidem sobre licitações e tem responsabilidade pela utilização de fundos de pensão, já que, ou nomeou, ou tem proximidade com gestores desses fundos – afirmou Alvaro Dias.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) observou que os parlamentares estão "sofrendo de amnésia" ao tratarem o "mensalão" como "o maior escândalo da história brasileira". Ela lamentou que todos tenham esquecido os escândalos bilionários do Sivam, da "Pasta Rosa", dos Precatórios, dos bancos Marka e Fonte-Cindam na época da desvalorização do real e da privatização do sistema Telebrás.

O ex-ministro foi acusado pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) de organizar, ao lado do ex-ministro da Casa Civil

José Dirceu, uma quadrilha no governo. De acordo com o deputado, cabia a Gushiken "o poder ditatorial" sobre a execução e a contratação das agências de publicidade.

Gushiken negou que conversasse com o ministro José Dirceu sobre Daniel Dantas e seu banco, o Opportunity, ou sobre as relações do banco com a Previ. Desmentiu ainda que tenha influenciado o investimento de dinheiro federal nas duas revistas de pessoas ligadas à sua família, da Editora Ponto de Vista.

CPI apresenta hoje novo relatório parcial

De acordo com o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de Análise e Movimentação Financeira da CPI dos Correios, a comissão deverá apresentar hoje, às 10h, o segundo relatório parcial. O balanço, que não será necessariamente um documento oficial nem será colocado em votação, como

o primeiro, pretende mostrar aos parlamentares e à sociedade um panorama do que a CPI levantou até agora.

O sub-relator chamou a atenção ainda para a reunião administrativa que se realizará logo após a apresentação do relatório, em que serão votadas as quebras de sigilo de

sacadores importantes das contas de Marcos Valério.

Gustavo Fruet fez um balanço do que já foi possível detectar a respeito da origem dos recursos que alimentaram as contas de Marcos Valério, dados que desmontam as versões apresentadas.

Segundo Fruet, Valério tinha uma

conta exclusiva, que ele chama "caixa-cheque", usada para pagar as pessoas indicadas pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Essa conta movimentou mais de 500 cheques, sacados por meio de agências do Banco Rural. E foi alimentada com recursos provenientes da SMP&B, empresa de Valério.



Delegados garantem que Celso Daniel foi vítima de extorsão e seqüestro. Presidente e relator da CPI dos Bingos não acreditam nessa tese. Agripino quer convocar irmão de Palocci. Suassuna elogia democracia e Ideli quer processar deputado Bolsonaro

Para Suassuna, democracia está firme e forte



Ney Suassuna

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), afirmou ontem em Plenário que, apesar de o Brasil estar passando por uma grave crise política, as instituições estão fortes e a democracia consolidada. Para ele, o mais importante é a capacidade das instituições de enfrentá-la e resolvê-la dentro do quadro de normalidade democrática.

– O Brasil atravessa uma crise profunda, mas, ao contrário do que aconteceu durante o período do governo militar, não existem mecanismos de força e violência a amordaçar as instâncias de controle social e institucional – disse Suassuna. Ele reafirmou o compromisso do PMDB com a defesa intransigente do rigor e da transparência no trabalho das CPIs.

Ideli pede processo contra Bolsonaro



Ideli Salvatti

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu à liderança do PT na Câmara que faça uma representação contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) no Conselho de Ética por quebra de decoro parlamentar, por ter levado o tenente-coronel da reserva Lício Augusto Ribeiro à CPI do Mensalão, na terça-feira, no momento em que prestava depoimento o ex-deputado José Genoino. Lício foi o militar que prendeu Genoino, na guerrilha do Araguaia.

– Ele quis constranger Genoino. Foi um atentado contra a CPI. Foi lamentável o comportamento de Bolsonaro. Este cidadão representa o momento mais amargo e sofrido da nossa história recente – afirmou.

Depoimento de delegados contradiz irmão de prefeito

O ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel não foi assassinado por motivos políticos. A garantia foi dada ontem pelos delegados Armando Oliveira Costa e José Mazi em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. Eles foram indicados pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia de São Paulo para investigar a morte de Celso Daniel, ocorrida em janeiro de 2002.

Tomando por base laudos técnicos, os delegados informaram que Celso Daniel foi brutalmente assassinado com oito tiros à queima-roupa, “não por encomenda”, mas após ser vítima de extorsão, seqüestro comum, seguido de morte. Segundo eles, os autos do inquérito indicam que Celso Daniel nem sequer sofreu qualquer tipo de tortura, com o propósito de ser obrigado a contar tudo o que sabia sobre supostos esquemas de corrupção. Esses esquemas seriam denunciados por ele, conforme disse seu irmão, João Francisco Daniel, na semana passada na CPI dos Bingos.

De acordo com João Francisco, o suposto pagamento de



VERSÃO Especialistas da polícia paulista, ao lado de Efraim e Garibaldi (D), garantem que não receberam nenhum dossiê sobre corrupção

propina tinha o conhecimento de Gilberto Carvalho, atual chefe do gabinete do presidente Lula, que na época trabalhava como assessor na prefeitura de Santo André. Gilberto Carvalho deverá depor hoje na CPI dos Bingos, em sessão secreta, a partir das 11h.

Gilberto Carvalho teria contado a João Francisco que o ex-prefeito tinha em mãos um dossiê que denunciava todo o esquema de corrupção, e que iria divulgar o teor do documento. Por isso, disse João Francisco, seu irmão foi assassinado. Segundo ele, o esquema teria como principal mentor o secretário de Obras, Klinger

de Oliveira Souza, com apoio do empresário Ronan Maria Pinto e de Sérgio Gomes da Silva, suposto responsável pela arrecadação das propinas, que seriam levadas ao então presidente do PT, José Dirceu.

Os delegados deixaram claro que nunca tiveram conhecimento do dossiê, e que a documentação jamais chegou às mãos da polícia paulista. Eles também negaram qualquer envolvimento de Klinger, Ronan e Sérgio no assassinato, bem como estranharam a reabertura do inquérito pelo Ministério Público de São Paulo, sob a alegação de que o assassinato poderia ser de ordem política.

Efraim e Garibaldi duvidam da hipótese de crime comum

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), e o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), admitiram ter dúvidas se o assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel foi, de fato, crime comum. Essa tese foi defendida ontem pelos delegados Armando Oliveira Costa e José Mazi durante depoimento à comissão.

– Eu tenho que acreditar no que os delegados apuraram. Mas existem dúvidas e vamos tentar esclarecê-las. A versão do irmão de Celso Daniel é uma, a versão dos delegados é outra. Temos que avançar para saber se, além da morte, existia o envolvimento do crime orga-

nizado, da máfia do lixo ou dos transportes – avaliou Efraim.

O relator da CPI também afirmou ter dúvidas.

– Precisaríamos aprofundar a investigação, mas nós não estamos investigando crimes, e sim esquemas de corrupção – ponderou Garibaldi.

Efraim disse duvidar que Sérgio Gomes da Silva, segurança do prefeito, realmente não tenha tido participação no assassinato. Os delegados também afastaram a hipótese de que outras seis pessoas assassinadas após a morte de Celso Daniel tenham sido eliminadas como “queima de arquivo”, conforme insinuou o senador Flávio Arns (PT-PR).

Agripino quer convocação do irmão de Palocci

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), pediu ontem a convocação de Ademar Palocci – irmão do ministro Antonio Palocci – para que deponha na CPI dos Correios. Desde março deste ano, Ademar Palocci é diretor de Engenharia da Eletronorte.

Segundo Agripino, reportagem veiculada pela TV Globo mostrou que Ademar Palocci, quando secretário da prefeitura de Goiânia, determinava a distribuição de recursos superfaturados de empresas estatais pela companhia de seguros Interbrazil. O parlamentar informou que a empresa teve, em 2002, lucro de R\$ 24 milhões. No ano seguinte, este lucro passou para R\$ 35 milhões, chegando a R\$ 62 milhões em 2004.

José Jorge: crise atingiu a alma do brasileiro

O senador José Jorge (PFL-PE), em discurso ontem no Plenário, disse que os dados da última pesquisa CNT/Sensus mostram que, além de abalar

o prestígio do PT e do presidente da República, a crise política atingiu também a auto-estima do brasileiro. Segundo a pesquisa, 39,1% da população vinculam a origem da corrupção ao PT e 49,5% acreditam que o presidente Lula tinha conhecimento da corrupção. A pesquisa ouviu 2 mil pessoas em 195 municípios de 24 estados distribuídos, no período de 6 a 8 deste mês.

A satisfação com o país, frisou o senador, desabou 4,5 pontos percentuais, passando de 40,3% para 35,8%.



José Agripino



José Jorge

CPI dos Bingos convoca Bispo Rodrigues

Por unanimidade, a CPI dos Bingos aprovou ontem a convocação do ex-deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro, Carlos Rodrigues – o Bispo Rodrigues –, que renunciou ao mandato no início desta semana. A data ainda será marcada.

Na última terça-feira, em depoimento à CPI dos Bingos, a deputada estadual Cidinha Campos (PDT-RJ) acusou Rodrigues de receber propina de casas de jogos do Rio no valor de R\$ 1 milhão mensal, com a cumplicidade de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil da Presidência.



Com 313 votos a favor e 156 contrários, os deputados decidiram pela cassação do mandato de Roberto Jefferson. Para o relator Jairo Carneiro, as denúncias feitas pelo deputado revelaram esquemas de corrupção, mas não o eximem de culpa

Jobim suspende tramitação de processo contra petistas

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, acolheu ontem liminar em mandado de segurança impetrado pelos deputados federais Paulo Cunha (SP), Josias Gomes (BA), Professor Luizinho (SP), Paulo Rocha (PA), José Mentor (SP) e João Magno (MG), todos do Partido dos Trabalhadores. A liminar determina a imediata suspensão da tramitação de medida disciplinar contra esses parlamentares, encaminhada pela Mesa da Câmara dos Deputados ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, até o julgamento final do mandado de segurança.

Na justificativa do mandado,

os deputados alegam que esse procedimento disciplinar foi instaurado contrariando os princípios da ampla defesa, do devido processo legal e da presunção de inocência, "já que, ao não fundamentar o envio de representação sem oitiva das partes, pressupôs-se a culpa".

Outro argumento usado pelos deputados para justificar a interferência do Poder Judiciário no processo é o fato de não constituir uma questão interna do Poder Legislativo. "O controle jurisdicional de tais atos não ofende o princípio da separação dos Poderes", escreveu Jobim no despacho, citando entendimento do ministro Celso de Mello.

Almeida Lima critica liminar a deputados

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) avaliou como incorreta a liminar em mandado de segurança concedida pelo presidente do STF, Nelson Jobim, a seis deputados federais do PT.

Para o senador, a decisão abre crise institucional porque representaria a interferência do Judiciário sobre o Legislativo. Lembrou que a Constituição determina que os Poderes da União são harmônicos e independentes entre si. E cobrou



GRAVIDADE Almeida Lima cobra providências do Congresso "para não ser desmoralizado"

providências do Congresso "para não ser desmoralizado".

A liminar obriga a Corregedoria da Câmara a ouvir os parlamentares antes da abertura do processo de cassação pelo Conselho de Ética.

Fátima Cleide garante que não teme calúnias

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse ontem que está sendo alvo de calúnias, em virtude de sua firmeza no combate à corrupção em seu estado. A senadora colocou à disposição da Justiça seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

– Difamação, ameaças e perseguições jamais arrefeceram minha luta. Não temo e não aceito ser rotulada pejorativamente por ninguém. Muito



RESPOSTA Fátima Cleide coloca sigilos bancário, fiscal e telefônico à disposição da Justiça

menos por pessoas de moral reconhecidamente comprometida com a corrupção e a ilegalidade – afirmou. Fátima Cleide foi apoiada por Sibá Machado (PT-AC) e Paulo Paim (PT-RS).

Câmara cassa mandato de Roberto Jefferson

A Câmara cassou ontem, em votação secreta, por 313 votos a favor e 156 contrários, o mandato do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), 120 dias depois das denúncias de que deputados do PP e do PL recebiam "mensalão" para votar com o governo. Além de perder o mandato, Roberto Jefferson terá seus direitos políticos suspensos por oito anos. A votação foi dirigida pelo vice-presidente da Casa, Thomaz Nonô (PFL-AL), no lugar do presidente Severino Cavalcanti. Houve 13 abstenções, 5 votos brancos e 2 nulos.

O relator do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), concluiu que Roberto Jefferson não provou o recebimento do



PENA Além de perder o mandato, Roberto Jefferson terá seus direitos políticos suspensos por oito anos

"mensalão", mas reconheceu a importância das denúncias para a descoberta de casos de corrupção envolvendo o PT e deputados. No entanto, Jairo Carneiro ressalta que isso não exime Roberto Jefferson dos

excessos e abusos da inviolabilidade do mandato parlamentar, os quais, a seu ver, atingiram a honra e a imagem da Câmara.

Foi uma longa sessão, de quase sete horas, com a presença de mais de 90% dos 513 deputados federais. Dois advogados do deputado apresentaram sua defesa, logo depois da leitura do parecer do relator, que recomendou a cassação. Dezenas de parlamentares ocuparam a tribuna para defender o deputado ou pedir sua cassação.

Roberto Jefferson subiu à tribuna para se defender e atacou mais uma vez o ex-ministro José Dirceu e o comando do PT, não poupando nem mesmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Virgílio: votação comprova normalidade institucional

A votação, na Câmara dos Deputados, do pedido de cassação do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) é uma prova da normalidade das instituições democráticas. Essa é a opinião do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), manifestada ontem em Plenário.

O senador ressaltou que, "se por um lado há uma crise aguda, marcada por um esquema sistêmico de corrupção identificado no governo, por outro,

é preciso mostrar que as instituições brasileiras são sólidas e que são capazes, elas próprias, de acionarem seus mecanismos de defesa de modo a sanar seus problemas no âmbito do regime democrático".

– Se há corrupção no Parlamento, então o Parlamento tem o dever de punir todos que forem comprovadamente culpados. Se há corrupção no Executivo, este tem o dever de se livrar das figuras inde-



PAPEL "Legislativo e Executivo têm o dever de punir os que forem culpados", afirma Arthur Virgílio

sejadas. Daí a importância de as três CPIs instaladas no Congresso partirem para a fase em que se estabelecem os culpados, sejam eles quais forem – acrescentou.

Jefferson Péres defende saída de Severino

O senador Jefferson Péres (PDT-RJ) considerou que o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) não tem mais condições de continuar presidindo a Câmara. Na sua opinião, a permanência de Severino no cargo estaria prejudicando não só a instituição, mas toda a sociedade, ao afirmar que sua conduta é "indesculpável".



OPINIÃO Para Jefferson Péres, o presidente da Câmara deveria "ter bom senso e se afastar do cargo"

Jefferson comentou que o presidente da Câmara teria sido aconselhado por familiares a renunciar ao cargo, na semana passada, enquanto

participava de conferência na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York. Mas teria mudado de idéia após conversar com o ministro-chefe das Relações Institucionais, Jaques Wagner.

– Oxalá Severino tenha bom senso. Ele deveria se afastar enquanto estiver sendo investigado, ou renunciar. Sua posição é insustentável – disse.

O senador afirmou que deve ser retirada de Severino a medalha da Ordem do Rio Branco concedida pelo Ministério das Relações Exteriores.

Parlamentares exaltam luta de Arraes pelos excluídos

■ Ex-governador serve de referência para os que sonham com um Brasil mais justo e menos desigual, diz Renan

A luta do político Miguel Arraes em favor da reforma agrária e dos excluídos foi exaltada ontem, por senadores e deputados, durante sessão solene do Congresso Nacional em homenagem à memória do ex-governador pernambucano, falecido em agosto último.

Com a presença do deputado Eduardo Campos (PSB-PE),

ex-ministro da Ciência e Tecnologia e neto de Arraes, e dos filhos José Almino de Alencar e Carlos Augusto Arraes de Alencar, a sessão foi presidida pelo deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE), 1º secretário da Câmara.

Inocêncio leu o discurso do presidente do Senado, Renan Calheiros, que não pôde comparecer à sessão. O senador afirmou, na mensagem, que Arraes foi o último grande nome de uma geração histórica, ao lado de Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Mário Covas e Teotônio Vilela. – Pioneiro na luta para que

os benefícios da legislação trabalhista fossem estendidos aos trabalhadores rurais, defensor ferrenho da reforma agrária desde a época das Ligas Camponesas, sempre atento às necessidades dos excluídos, o líder socialista era adorado pelo povo sertanejo – ressaltou Renan no pronunciamento. Ele apontou Arraes como referência para os que sonham com um Brasil mais justo e menos desigual.

Também compareceram à sessão, entre outros, os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende.



RECONHECIMENTO Memória de Miguel Arraes é homenageada pelo Congresso em sessão no Plenário do Senado

"Um guerreiro do povo brasileiro"

A perda de um líder que fez a política ser admirada. Essa foi a tônica dos discursos dos senadores na homenagem a Miguel Arraes. O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), disse que chegou a ter inveja da paixão que os pernambucanos tinham pelo político do seu estado.

Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou episódio em que o ministro do Supremo Tribunal Federal Ribeiro da Costa – adversário de Arraes nas idéias políticas e econômicas –, desafiando o então ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, concedeu *habeas corpus* para libertar o ex-governador da prisão na ilha de Fernando de Noronha.

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, afirmou que,

"num tempo tão difícil da política, homenagear Miguel Arraes é uma forma de prestigiar a política".

Para Pedro Simon (PMDB-RS), ninguém simbolizou tão perfeitamente a figura do nordestino como Arraes, crescido na convivência com o povo simples. João Capiberibe (PSB-AP), lembrando que também foi exilado como o político pernambucano, qualificou Arraes como "um guerreiro do povo brasileiro".

A capacidade de ouvir e valorizar as opiniões contrárias e o caráter democrático de Miguel Arraes foram ressaltadas por Sérgio Guerra (PSDB-PE). O líder do bloco da Minoria, José Jorge (PFL-PE), afirmou que ele e o homenageado quase sempre estiveram em lados opostos

na política, mas salientou que isso nunca constituiu obstáculo para que reconhecesse sua liderança e destacado papel na vida nacional.

Mão Santa (PMDB-PI) relembrou episódio ocorrido quando era prefeito de Parnaíba (PI) e organizava a instalação de uma biblioteca na cidade, momento em que descobriu e reteve para seu uso um livro traduzido por Arraes sobre propaganda política. Com humor, o senador confessou que recentemente, a pedido do falecido líder, entregou-lhe a publicação "roubada", hoje em poder da família.

Os deputados Inocêncio Oliveira, Renildo Calheiros (PCdoB-AL) e José Carlos Aleluia (PFL-BA) também homenagearam Miguel Arraes.



APURAÇÃO Presidida por Marcelo Crivella, CPI quebra sigilos de prefeito de São Félix de Minas e de ex-prefeito de Divino das Laranjeiras, em Minas Gerais

CPI da Emigração investiga prefeito de cidade mineira

A CPI da Emigração Ilegal aprovou ontem a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do prefeito de São Félix de Minas (MG), Wanderley Vieira de Souza, e do ex-prefeito de Divino das Laranjeiras (MG) Edson Alves de Sousa. Eles são acusados de envolvimento com quadrilhas que teriam favorecido a entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos.

A comissão promove hoje e amanhã audiências em Poços de Caldas (MG), com o objetivo de apurar novas denúncias. Os parlamentares pretendem tomar 14 depoimentos, entre jornalistas, autoridades judiciais, prefeitos e presidentes de

câmaras municipais da região, além de familiares de pessoas que teriam morrido durante a travessia da fronteira entre o México e os EUA.

Ainda em Poços de Caldas, a CPI deverá acompanhar diligências a serem feitas pela Polícia Federal em agências de turismo. Esses estabelecimentos são acusados de participar do agenciamento de pessoas para a emigração ilegal e do tráfico de mulheres para a prática da prostituição em outros países, segundo denúncias recebidas pela comissão.

Nos dias 6 e 7 do próximo mês, a comissão promoverá audiência em Florianópolis.

ACM critica a política externa do governo Lula

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou de "fracasso total" o esforço do presidente Lula para conseguir uma representação para o Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele disse que o pleito nem sequer fará parte da pauta de debates da Assembléia Geral da ONU deste ano.

– O presidente Lula até desanimou e não vai mais abrir a reunião da Assembléia Geral, como manda a tradição, deixando essa tarefa para o seu ministro das Relações Exteriores [Celso Amorim], que faz política de jornal quando deveria fazer pelo país – afirmou.

Antonio Carlos também disse que o procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, não necessita mais de provas para cumprir o dever de investigar denúncias de irregularidades contra Lula. Segundo o parlamentar, o procurador-geral só precisa solicitar a gravação da



COBRANÇA Antonio Carlos pede exame pela CI de projeto que regulamenta horário de verão

entrevista dada pelo presidente da República na Guatemala, na qual Lula confessaria o uso de recursos do fundo partidário para pagamento de passagens aéreas e despesas pessoais e familiares.

O senador protestou ainda contra a demora da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) em realizar audiência para debater projeto de sua autoria que regulamenta o horário de verão. Ele lembrou que a audiência foi solicitada por Delcídio Amaral (PT-MT) quando a atual ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, estava à frente do Ministério de Minas e Energia. Para o pefelista, o horário de verão causa muito transtorno em troca de quase nenhuma economia.



COMPROMISSO Saturnino lembra que ingressou no PT por acreditar nas propostas de mudanças no país

Saturnino critica ênfase nos índices econômicos

Ao discordar da estratégia do governo de apresentar os resultados da política econômica como contrapeso às denúncias de corrupção investigadas pelas CPIs, Roberto Saturnino (PT-RJ) considerou os resultados obtidos pela equipe econômica como medíocres.

Saturnino afirmou que, ao ingressar no PT para trabalhar na campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, acreditava no cumprimento dos compromissos assumidos. Mesmo consciente da inviabilidade de uma mudança profunda, ele esperava que se chegasse à distribuição das riquezas nacionais.



ACORDO Tuma pede que governo federal cumpra compromisso assumido com Forças Armadas

Tuma cobra reajuste salarial dos militares

Romeu Tuma (PFL-SP) cobrou ontem do governo federal o cumprimento do acordo de reajuste salarial dos militares assumido, em agosto passado, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo vice-presidente José Alencar com os comandantes das Forças Armadas. O acordo seria para pagamento do reajuste de 23% em duas parcelas: a primeira, de 13%, seria liberada em 1º de outubro e a segunda, de 10%, em 1º de agosto de 2006.

Tuma pediu que os parlamentares cobrem uma postura objetiva do governo, que até agora, disse, não teria dado sinais de que irá cumprir a decisão.

Acordo facilita migração no âmbito do Mercosul

■ Plenário do Senado também aprova ato internacional que reforça combate ao terrorismo

Após acerto entre os líderes partidários, o Plenário aprovou ontem vários projetos de decreto legislativo ratificando atos internacionais assinados pelo governo brasileiro, a maioria deles no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Um dos acordos trata da regularização migratória interna no bloco comercial. O objetivo é permitir que cidadãos dos países do mercado comum – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai –, e também do Chile e Bolívia, renovem ou troquem a categoria de seus vistos sem que precisem se deslocar para as nações de origem. Outro acordo facilita a obtenção de residência legal em qualquer dos seis países.

Também foi referendado pelos senadores acordo que visa à formação de professores universitários por meio de um protocolo de integração educacional entre os países-

Paraná terá universidade tecnológica

Projeto que transforma o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR) em Universidade Tecnológica Federal do Paraná foi aprovado ontem pelo Senado. A instituição tem mais de 12 mil alunos e perto de 1.300 professores, distribuídos pelas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco, Cornélio Procopio e Dois Vizinhos, no Paraná.

– O Cefet, em 96 anos, já prestou muitos serviços relevantes e continuará prestando com a nova condição que recebe agora – destacou o senador Osmar Dias (PDT-PR).

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), falou do esforço do governo na área da educação e apontou a ampliação dos *campi* das universidades federais e o aumento de vagas nas instituições públicas.

A matéria (PLC 35/05) vai à sanção presidencial.

membros do Mercosul e a Bolívia e acordo sobre a “Lista de Compromissos Específicos Iniciais”, publicada em 1998, e da “Nova Lista de Compromissos Específicos”, de 2000. Esse entendimento pretende adequar a realidade do Brasil às regras do Protocolo de Montevideu, que disciplina o comércio de serviços no mercado comum.

Além de matérias relacionadas ao Mercosul, o Senado aprovou projeto que ratifica ato firmado com o Panamá destinado a estabelecer cooperação na área diplomática. Outro acordo, entre Brasil e Guiana, visa à isenção parcial de vistos. Foi acolhido ainda memorando de entendimento entre os governos do Brasil e da Rússia sobre cooperação no domínio de tecnologias militares de interesse mútuo.

Combate ao terrorismo

O Senado aprovou na mesma sessão decreto legislativo que recepciona pelo direito interno dois atos inserindo o Brasil em regimes internacionais de controle e combate ao terrorismo. Também foi ratificada convenção entre Brasil e Israel para evitar a dupla tributação e a evasão de divisas.



PARALISAÇÃO Ao comentar ida do presidente a Maceió, Teotônio critica atraso na obra do Canal do Sertão

Teotônio saúda Lula, mas cobra verba para canal

Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) antecipou suas boas-vindas ao presidente Lula, que irá amanhã a Alagoas inaugurar o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió, mas fez críticas ao governo federal pela paralisação da construção do Canal do Sertão e de outras obras consideradas importantes para a população alagoana.

– Lula já foi a Maceió e só deixou perguntas sobre as obras e nenhum recurso – afirmou.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), recebeu aprovação acordo sobre a concessão de vistos de múltiplas entradas para pessoas indicadas por determinadas instituições públicas e privadas.

Por esse ato, empresários, jornalistas, profissionais liberais, executivos, pesquisadores, esportistas e artistas de qualquer dessas nações terão direito aos vistos se forem credenciados ou recomendados por instituições específicas, previamente apontadas pelos respectivos governos. São membros da comunidade Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Outro acordo ratificado pelo Plenário se relaciona a cooperação cultural entre Brasil e Vietnã. Os dois países deverão desenvolver atividades que contribuam para aumentar o conhecimento recíproco sobre suas culturas, favorecendo o intercâmbio de bens culturais, como a música e as artes plásticas e cênicas. Além disso, se comprometem a coibir o contrabando de obras do seu patrimônio cultural.

Mozarildo vê descaso da Funasa com ianomâmis

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que fará, junto ao Ministério Público, uma representação contra a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) por mau atendimento ao Distrito Sanitário Ianomâmi, criado pelo programa Política de Saúde Indígena.

Mozarildo comentou reportagem do jornal *Brasil Norte*, de Boa Vista, que na edição do dia 11 publicou denúncia da organização não-governamental Urihi, relativa aos gastos da Funasa para o atendimento ao distrito ianomâmi. O senador explicou que o órgão tem gasto mais que o dobro do ano passado “para, mesmo assim, conduzir de forma cada vez mais caótica o atendimento àqueles indígenas”.

O parlamentar afirmou que existe uma crônica deficiência no fornecimento de medicamentos, “apesar dos gastos exorbitantes da Funasa”.



VIOLÊNCIA Segundo Mesquita Júnior, polícia agrediu manifestantes na comemoração do 7 de Setembro

Mesquita Júnior denuncia ação de PMs no Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) denunciou em Plenário agressão de policiais militares a professores e estudantes que protestavam contra a corrupção durante as comemorações do 7 de Setembro em Rio Branco.

– A PM, orientada por ordem superior, baixou a borracha em professores, estudantes e populares que se manifestavam legitimamente em praça pública com faixas e cartazes.

Outra denúncia feita por Mesquita Júnior foi a “violenta ação de despejo”, comandada por policiais estaduais e federais, contra índios nukinis da aldeia de Serra do Moa.



IMPASSE Pavan quer solução para conflitos entre indígenas e assentados no município de Seara

Pavan cobra apoio a colonos em Santa Catarina

Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou das autoridades judiciais e do Poder Executivo uma solução definitiva para os conflitos de ocupação de terras envolvendo colonos e populações indígenas na área de Toldo Pinhal, no município de Seara (SC). Pavan leu ofício da Câmara de Vereadores de Seara em defesa dos colonos, desalojados da região em 1996.

O senador lamenta que os processos ajuizados pelos colonos, reivindicando indenização ou visando ao reassentamento, ainda não tenham sido julgados. Ele atribuiu a lentidão das ações “aos recursos e manobras da Funai e da União”.

Comissão aprova cadastro positivo de bons pagadores

■ Projeto acolhido na Comissão de Justiça objetiva melhorar as informações nos arquivos de crédito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que cria um cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito, com o objetivo de prestar informações sobre os bons pagadores.

Segundo Tourinho, o objetivo da proposta (PLS 263/04) é melhorar a qualidade de informações constantes dos arquivos de crédito, que atualmente só avisam se consta ou não infor-

mação negativa sobre a pessoa pesquisada.

– O projeto contribuirá para aumentar a segurança na concessão de crédito e para diminuir as taxas de juros cobradas no mercado – explicou.

A matéria altera a Lei 8.078/90 para determinar que, na concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor informará aos sistemas de proteção ao crédito, para formação de cadastro positivo, as características e o adimplemento das obrigações contraídas.

O substitutivo prevê também que a prestação de informações para o cadastro positivo dependerá de autorização do consumidor.

A matéria será analisada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CCJ também aprovou pa-

recer do senador Magno Malta (PL-ES) ao projeto de Tourinho que estabelece percentual de cargos públicos reservado a pessoas portadoras de necessidades especiais. A proposta (PLS 382/03), explica Tourinho, não altera o percentual de vagas destinadas aos deficientes que, pela Lei 8.112/90, é de até 20%, mas pretende “incorporar os conceitos de ação estatal protetora dos portadores de necessidades especiais ao regramento de acesso a cargos públicos por concurso público”.

Para Magno Malta, não se trata de produzir discriminações aos não-portadores de necessidades especiais, mas de “fixar percentuais garantidores da presença das minorias”.

O projeto vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).



DEBATE Presidida por Arns (segundo à direita), audiência teve a participação de Luiz Cláudio Rosa, João Tranchesi, Joanilson Barbosa e Rogério Gonçalves

Atraso na aplicação do Fust é criticado em audiência

Se os R\$ 4 bilhões já arrecadados para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) ainda permanecem nos cofres públicos, a culpa não é do esforço do governo para produzir superávit nas contas públicas, disse ontem o secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Joanilson Barbosa. O problema, afirmou, está na indefinição do modelo de aplicação dos recursos.

– O Ministério não fez seu dever de casa, que seria o de definir o uso do dinheiro do Fust – admitiu Joanilson, durante audiência conjunta das subcomissões de Ciência e Tecnologia e de Cinema, Teatro e Comunicação Social, vinculadas à Comissão de Educação (CE).

Segundo o secretário, o ministério está “trabalhando fortemente” no modelo de aplicação das verbas e espera concluir a tarefa até o final do ano.

Roberto Saturnino (PT-RJ) se disse supreso com a informação de Joanilson e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apelou para a urgência na aplicação das verbas. Os senadores Augusto Botelho (PDT-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Marco Maciel (PFL-PE) lamentaram o atraso na aplicação do fundo. Flávio Arns (PT-PR) disse esperar que até dezembro o governo encontre a fórmula para o uso dos recursos do Fust.

O diretor da Associação da Indústria Eletrônica, Luiz Cláudio Rosa, sugeriu que a universalização contemple serviços de transmissão de dados. A proposta foi apoiada pelo presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação de Provedores da Rede Internet, João Tranchesi. Já o diretor da Associação de Usuários de Acesso Rápido, Rogério Gonçalves, quer a criação de concessionárias de comunicação de dados.

Creche deve ser obrigatória em projeto de reforma agrária

Os órgãos federais que executam programas de reforma agrária poderão ser obrigados a construir creches nos assentamentos rurais. Projeto neste sentido, do senador licenciado Luiz Pontes, foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A relatora do projeto (PLS 217/01), Serys Slhessarenko (PT-MT), salientou que a medida beneficia as crianças ao antecipar seu ingresso na escola.

A CRA aprovou também projeto da Câmara que destina produtos apreendidos por irregularidade na comercialização, mas em condições próprias para consumo, a programas de segurança alimentar e de combate à fome. A matéria será examinada agora pela Comis-

são de Justiça (CCJ).

Embora o Decreto-Lei 986/99 já determine a distribuição de alimentos apreendidos a instituições beneficentes, o relator do PLC 81/04, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), considerou que a prioridade deve ser dada a ações de segurança alimentar.

Para Gerson Camata (PMDB-ES), a proposta pode “engessar” a ação das autoridades. Segundo observou, não há desperdício quando os alimentos são imediatamente entregues a instituições carentes.

A CRA aprovou ainda parecer pela prejudicialidade de projeto estabelecendo normas para plantio de soja transgênica na safra de 2005 (PLS 201/04), por já existir norma regulando o assunto. O projeto foi encaminhado à CCJ.



SEGURANÇA Autor da matéria, Tourinho (E) acredita que o cadastro irá aumentar a confiança na concessão de crédito

Discriminar aidético pode levar a prisão e multa

A discriminação contra portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids poderá se tornar crime, punível com multa e prisão de um a quatro anos. A definição dos crimes resultantes de discriminação dessa natureza foi aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto acatado é um substitutivo do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) a projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT).

O objetivo da proposta (PLS 51/03), segundo Serys, é proporcionar os meios legais para

que sejam combatidos eficazmente “os preconceitos, as discriminações e as segregações sociais” ao portador do HIV.

O projeto prevê detenção de um a quatro anos e multa para quem recusar a inscrição de aluno o portador de HIV em estabelecimento de ensino de qualquer grau, público ou privado. Na mesma pena incorre quem negar emprego ou demitir de emprego ou recusar atendimento de saúde a portador do HIV ou doente de Aids.

A proposta original previa pena de três a cinco anos de reclusão para quem descumprisse a lei, mas o relator consi-

derou esse prazo “exacerbado”. A proposta será votada ainda em turno suplementar.

Na mesma reunião, a CCJ rejeitou substitutivo de Demostenes Torres (PFL-GO) a proposta de emenda à Constituição de Maguito Vilela (PMDB-GO) que dispõe sobre a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados (PEC 36/99).

Apesar do parecer favorável do relator, a maioria dos senadores resolveu seguir voto em separado de César Borges (PFL-BA), que alegou inconstitucionalidade da matéria.